

NOVEMBRO AZUL: “CUIDE DO QUE É SEU” É O TEMA DESTE ANO PARA CONSCIENTIZAR OS HOMENS

(FOTO: SHUTTERSTOCK)

Págs. 06 e 07



Encontro em Vitória da Conquista debate políticas públicas de apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência

Págs. 08 a 10

Autorizado reajuste de 9,15% na tarifa de água

Pág. 12



ARTIGO



POR FÁBIO KAGI

* Fábio Kagi, gerente de assuntos regulatórios do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), engenheiro agrônomo e especialista em gestão estratégica e econômica de projetos.

MUDANÇAS TRAZIDAS PELO DECRETO PODEM AJUDAR A REVERTER CENÁRIO REGULATÓRIO COMPLEXO

A legislação brasileira determina que defensivos agrícolas só podem ser produzidos, comercializados e utilizados com registro prévio em órgãos federais específicos. Essa mesma lei versa sobre pesquisa, experimentação, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, propaganda comercial, destino dos resíduos e das embalagens, classificação, controle, inspeção e fiscalização dos produtos. Como o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais, o processo de obtenção de registro e condução de testes é alinhado ao que é adotado nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que hoje reúne 38 países-membros.

Para a obtenção de um registro, o interessado deve apresentar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) os dados definidos pela legislação para cada tipo de pleito. Ao analisar os resultados dos testes, os órgãos de governo decidem se o produto tem riscos aceitáveis à saúde humana e ao meio ambiente, bem como se possui eficácia e praticabilidade agronômica. Caso um dos órgãos entenda que o produto não está apto para o registro, o pleito é indeferido. Se o pleito for deferido pelos três órgãos, cabe ao Mapa emitir o certificado de registro. Para os produtos químicos, além do registro do produto formulado (aquele que será comercializado), o interessado deve obter o registro de um produto técnico (destinado ao uso industrial, com alto teor de pureza) que será utilizado na composição do produto formulado.

Todos os testes devem ser conduzidos de acordo com as boas práticas e normas definidas em legislação. Além disso, o Brasil utiliza o chamado critério da equivalência adotado nos países-membros da OCDE, o que dispensa a apresentação de dossier completo em todos os pleitos de registro de produtos técnicos envolvendo essas nações, bem como dos testes de eficácia e resíduos nos produtos formulados que utilizem produtos técnicos equivalentes – conhecidos popularmente como “genéricos”. E o processo não para por aí. Para ser comercializado, o produto ainda precisa ser cadastrado nos estados brasileiros. A etapa de cadastramento não é prevista pela legislação federal, mas é prevista em legislações estaduais de quase todas as unidades da federação.

De acordo com dados elaborados pela Spark Consultoria Estratégia para o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) com base em informações concedidas pelo Mapa, o processo de registro de um produto químico no Brasil tem levado de 5,7 anos (caso dos equivalentes) e 7,7 anos (situação dos produtos à base de ativos ainda não registrados no Brasil). Já o registro de biológicos tem sido obtido, em média, 1 ano após a submissão do pleito.

Se o cenário atual não é dos mais favoráveis em relação ao tempo para a obtenção de registros, a projeção de cenário futuro é ainda mais preocupante para os produtos equivalentes. Apesar do aumento no ritmo de análises que saíram de um patamar de 180 registros concedidos desde 2016 aos aproximadamente 500 pleitos em 2021, as filas têm aumentado ainda mais nos últimos anos. Apenas em 2020, foram solicitados 1.083 pedidos de registro. Em 2021, de janeiro a agosto, foram 576. Contudo, respectivamente, só foram concedidos 493 e 351 pleitos nesses períodos. Assim, como a submissão de pleitos não pode ser controlada por qualquer órgão do governo, uma vez que é direito de um interessado solicitar o registro – desde que se pague as taxas e sejam submetidos os documentos adequados –, o cenário de registros do Brasil tende a ser cada vez mais caótico.

É notável que ao longo dos últimos anos os órgãos têm adotado medidas que aumentam a celeridade na análise de pleitos sem perda de qualidade regulatória. Uma delas é a priorização da análise de pedidos de registro mediante o atendimento a alguns critérios como a indicação para as culturas e pragas consideradas de maior importância econômica para o Brasil. O Sindiveg considera importante que a industrialização (fabricação e formulação) em território seja considerada um dos critérios do estabelecimento de prioridades na próxima listagem. O Brasil é grande importador de defensivos agrícolas, com déficit na balança comercial do setor de agroquímicos da ordem de US\$ 5 bilhões em 2019. No mesmo ano, entretanto, as indústrias operaram com 61% de ociosidade, em média, em relação à capacidade produtiva de produtos formulados.

Esta é uma situação delicada que teve seu primeiro passo para ser corrigida com a simplificação do registro para exportação de produtos à base de ingredientes ativos e componentes já registrados no Brasil, instituída pelo recém-publicado Decreto 10.833/2021, o que deve estimular o desenvolvimento de um parque fabril de formulação e reduzir a vulnerabilidade do país.

Com investimentos e melhorias regulatórias, o Brasil tem condições de deixar de ser um importador de produtos para ser um exportador. Ressalte-se que, ao discutir a produção local, não está sendo debatida a justa e livre oferta de produtos fabricados no exterior. Trata-se apenas de um arrazoado sobre a permanência no mercado e o crescimento de empresas já instaladas no Brasil e, também, sobre um estímulo para que investidores estrangeiros tenham segurança legal para realizar investimentos em parques fabris no país. Além do estímulo à industrialização nacional, o Sindiveg considera de suma importância a previsibilidade e a redução de prazos para análise e padronização de critérios de análise de pleitos; a adoção de medidas de otimização regulatória; e transparência, isonomia e fortalecimento das decisões dos órgãos federais.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

USAR MÁSCARAS

É UMATO DE RESPEITO
AO PRÓXIMO.
É AMOR À VIDA!





FOTO: MARCOS COLA (PIXABAY)

► A análise da Fiocruz verificou que nessa faixa etária houve aumento significativo de registros de internações e doentes que superam os da Covid-19.

Crianças de até 9 anos estão adoecendo mais por vírus respiratórios

De acordo com pesquisador da Fiocruz, a volta das atividades normais como a Escola favoreceram o reaparecimento de outras doenças respiratórias comuns nesta faixa etária

**JARANY BASTOS DAMACENA –
AGÊNCIA BRASIL 61**

agenciadoradio@agenciadoradio.com.br

Doenças respiratórias diferentes da Covid-19 estão causando muitas internações de crianças recém-nascidas até os nove anos de idade, segundo dados do novo Boletim InfoGripe da Fiocruz, divulgado na última quinta-feira (28/10). Em várias partes do país, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, estão surgindo novamente outros vírus que estão causando Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), como são os casos do Bocavírus e as Influenzas 3 e 4.

Desde o início de 2021, casos de Vírus Sincicial Respiratório (VSR) e de Rinovírus, já estavam sendo identificados nesta população. O VSR é uma das principais causas de infecções das vias respiratórias e pulmões em recém-nascidos

e crianças pequenas. A análise da Fiocruz verificou que nessa faixa etária houve aumento significativo de registros de VSR, com registros semanais superiores aos observados para Sars-CoV-2 (Covid-19). E é isso o que explica o pesquisador Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe.

“Há um ressurgimento de outros vírus respiratórios que são muito comuns em crianças e que também causam internações em volumes importantes e quando a gente olha para os resultados laboratoriais, a gente vê, ao longo deste ano um número maior de casos positivos como o da síndrome respiratória aguda grave do que para a própria Covid-19, por exemplo”, destacou o pesquisador.

De acordo com o Boletim InfoGripe da Fiocruz, entre as crianças de 0 a 9 anos, foi observada uma estabilização de casos semanais registrados como Síndrome respiratória Aguda Grave (SRAG) em valores entre 1.000 e 1.200, próximos ao que se registrou no pico de julho de 2020 (quando foram registrados 1.282 casos na Semana Epidemiológica 29).

Para o pesquisador Marcelo Gomes, esses casos de aumento da internação de crianças de até nove anos por vírus respiratórios está relacionado à uma retomada maior das atividades normais, como a escola. “Isso se deve fundamentalmente por conta de uma maior exposição das crianças neste ano, que voltaram a circular mais, voltaram a frequentar as escolas, de maneira geral. Então, isso faz com que a transmissão de vírus respiratórios em crianças seja cada vez mais frequente e isso não só em relação à Covid-19, mas para outros vírus respiratórios”, observou.

Dados da Covid-19

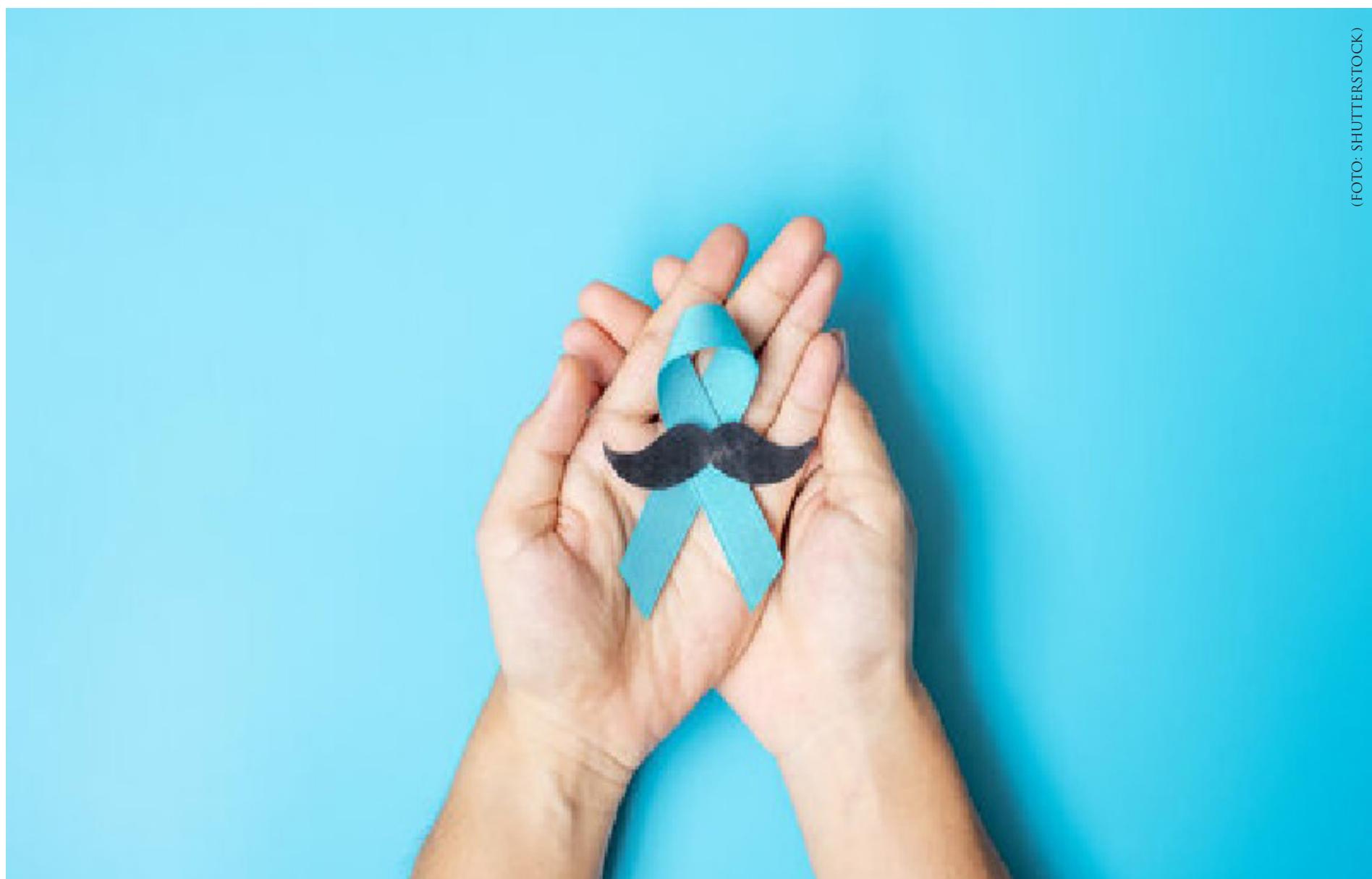
O Brasil registrou mais 11.965 casos e 394 óbitos por Covid-19, nas últimas 24h, de acordo com o balanço mais recente do Ministério da Saúde. Desde o início da Pandemia, mais de 21.781.436 milhões de brasileiros foram infectados pelo novo Coronavírus.

O Rio de Janeiro ainda é o Estado com a maior taxa de letalidade entre as 27 unidades da Federação: 5,17%. O índice médio de letalidade do País está em 2,8%.

Taxa de letalidade nos Estados

RJ	5,17%
SP	3,45%
AM	3,22%
PE	3,17%
MA	2,84%
PA	2,80%
GO	2,68%
AL	2,62%
PR	2,61%
CE	2,60%
MS	2,56%
MG	2,54%
MT	2,52%
RO	2,43%
RS	2,42%
PI	2,18%
BA	2,17%
SE	2,16%
ES	2,13%
PB	2,11%
DF	2,11%
AC	2,10%
RN	1,98%
TO	1,70%
SC	1,62%
AP	1,61%
RR	1,59%

Os números têm como base o repasse de dados das Secretarias Estaduais de Saúde ao órgão. Acesse as informações sobre a Covid-19 no seu estado e município no portal brasil61.com/painelcovid.



(FOTO: SHUTTERSTOCK)

► O Brasil está comemorando 10 anos de celebrações do movimento Novembro Azul.

NOVEMBRO AZUL: “CUIDE DO QUE É SEU” É O TEMA DESTE ANO PARA CONSCIENTIZAR OS HOMENS

No Brasil os homens vivem, em média, sete anos a menos do que as mulheres e têm mais doenças do coração, câncer, diabetes, colesterol e pressão arterial mais elevada

JANARY BASTOS DAMACENA -
AGÊNCIA BRASIL 61

agenciadoradio@agenciadoradio.com.br

O mês de novembro marca um momento de conscientização para que os homens cuidem da própria saúde. Esse é, resumidamente, o objetivo da campanha do Novembro Azul - que no Brasil está comemorando 10 anos de celebrações. O movimento Novembro Azul teve origem em 2003, na Austrália, com o objetivo de chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças que atingem a população masculina.

No Brasil, o movimento chegou por meio dos esforços do Instituto Lado a Lado pela Vida, uma organização social que se dedica simultaneamente às duas principais causas da mortalidade - o câncer e as doenças cardiovasculares - além do intenso trabalho relacionado à saúde do homem.

A diretora de relações institucionais e internacionais do Instituto Lado a Lado pela Vida, Fernanda Carvalho, explica que a importância do Novembro Azul é a de “chamar o homem para sua responsabilidade, que ele precisa se cuidar. Tem que romper o paradigma de que cuidar da saúde é coisa da mãe, coisa da mulher. Todo mundo tem que se cuidar, por isso, neste ano em que completam 10 anos que a gente comemora o novembro azul, o tema da campanha é ‘Cuide do que é seu’. Pois ninguém melhor do que você para cuidar de si próprio”, destacou.

No Brasil, os homens vivem em média, sete anos a menos do que as mulheres e têm mais doenças do coração, câncer, diabetes, colesterol e pressão arterial mais elevada, segundo informações da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). E com o avanço de pesquisas e estudos, está se comprovando que a saúde, além da relação com a genética, é impactada com as escolhas e hábitos de vida - e no caso dos homens a falta de cuidados com a própria saúde é um fator muito relevante.

Por isso, Fernanda Carvalho avalia que outro ponto importante desse mês de conscientização é a educação das novas gerações. “Fazer com que os meninos também aprendam, assim como as meninas, a conhecer o seu corpo. Conhecer seu próprio corpo, a identificar se tem uma coisa que não tá legal, que está errada, e buscar atendimento médico ou questionar a mãe e dizer que está sentindo alguma coisa. Precisamos evitar essa máxima de que o homem não sente dor ou não precisa se cuidar, só na hora que está num estágio muito avançado”, avaliou.

Crianças de até 9 anos estão adoecendo mais por vírus respiratórios

A Sociedade Brasileira de Cardiologia revela que mais de dois terços dos homens que morrem do coração têm diabetes e acima de 80% das mortes por diabetes estão relacionadas a problemas cardíacos e renais, ou seja, vasculares. Além disso, a sobrevida média depois que um homem tem o primeiro infarto é de cerca de 8 anos.

Outro problema de saúde que mata muitos homens é o câncer de próstata, que segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), só em 2019 ocorreram 15.983 mortes decorrentes da doença. Além disso, a estimativa de novos casos está em 65.840 (para o ano de 2020, que são os dados mais recentes), correspondendo a 29,2% dos tumores incidentes no sexo masculino.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia, o câncer de próstata é o tipo mais comum entre os homens e é a causa de morte de 28,6% da população masculina que desenvolve neoplasias malignas. No Brasil, um homem morre a cada 38 minutos devido ao câncer de próstata.

A única forma de garantir a cura do câncer de próstata é o diagnóstico precoce. Mesmo na ausência de sintomas, homens a partir dos 45 anos com fatores de risco, ou 50 anos sem estes fatores, devem ir ao urologista para conversar sobre o exame de toque retal, que permite ao médico avaliar alterações da glândula, como endurecimento e presença de nódulos suspeitos. Diante disso, a indicação da melhor forma de tratamento vai depender de vários aspectos, como estado de saúde atual, estadiamento da doença e expectativa de vida.

IVAN MARTINS
O Forrozeiro da Bahia
99993-1812 vivo
99200-1316 TIM

PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária **Maria Eulália Viana Leite Cotrim** do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que **RUI LIMA DE AGUIAR**, brasileiro, casado, lavrador, natural de Brumado-BA, RG 05.580.402-09 SSP/BA, CPF 015.532.665-10, residente e domiciliado na Fazenda das Queimadas, nº 165-A, zona rural, Brumado-BA, protocolou pedido de **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, visando a declaração de domínio sobre o imóvel rural denominado Fazenda Lagoa das Queimadas, localizado na zona rural de Brumado-BA, constituído de uma área global de 51,04ha, NIRF 0.587.296-0, tudo em conformidade, com a planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como interessados do e publicado verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixa na forma da Lei. O referido imóvel já foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Brumado-BA, matrícula 4.624, porém esta matrícula foi encerrada devido ao GEORREFERENCIAMENTO, gerando uma nova matrícula ou seja: 20.389. Brumado-Bahia 26 de outubro de 2021. A Oficial:

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPÓTECAS**
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial:
Rua Teodoro Sampaio, 22 - Centro - Brumado - BA
CEP: 46.100-000 Tel: (77) 3441-5524
CNPJ: 13.242.318/0001-20

Encontro debate políticas públicas de apoio a crianças e adolescentes vítimas de violência

Evento realizado em Vitória da Conquista (BA), nesta sexta-feira (29), teve o objetivo de apresentar o Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município



(FOTO: DIVULGAÇÃO)

► Gestores públicos de Amazonas, Acre, Roraima, Bahia, Sergipe, Paraíba, Paraná e Mato Grosso do Sul estiveram presentes no encontro.

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Seminário realizado em Vitória da Conquista, na última sexta-feira (29 de outubro), avançou na proposta de expandir para todo o país o Centro Integrado de Direitos da Criança e do Adolescente, implantado no município. O espaço, multidisciplinar e especializado, é destinado à oferecer serviços voltados a proteção crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, atendendo ao que estabelece a legislação vigente no tocante à garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A proposta do Governo Federal, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela iniciativa da realização do Seminário, é a partir da experiência de Vitória da Conquista, expandir para todo o país o Complexo de Escuta Protegida, que faz parte do Centro Integrado de Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá ser denominado Casa da Criança Brasileira, como instrumento de política pública de combate à violência contra crianças e adolescentes.



(FOTO: DIVULGAÇÃO/SECOM PMVC).

► **Maurício José Silva Cunha, titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão da estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.**

A preocupação, reforçou o titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício José Silva Cunha, que presidiu o encontro, é romper o círculo vicioso da violência contra crianças e adolescentes. Segundo ele, hoje uma criança vítima de violência é atendida por diferentes serviços públicos, “repetindo várias vezes o que aconteceu com ela, de oito a dez vezes, e cada vez que isso acontece, é uma nova violência do Estado, uma violência institucional”, pontuou. A proposta, destacou Cunha, é organizar a rede de proteção de forma que todos os órgãos e agentes públicos corresponáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido ou estejam sujeitos a ser violados, possam efetivamente ser assegurados. “(...) Acreditamos que são os serviços que precisam se organizar em torno da criança, e não a criança circular entre os serviços”, sublinhou o secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O secretário destacou a atuação do Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na formulação e promoção de propostas e ações de apoio aos municípios para a criação de equipamentos públicos (Centros Integrados de Direitos da Criança e do Adolescente) voltados para assegurar o atendimento integral à crianças e adolescentes vítimas de violência, oferecendo assistência qualificada, especializada e, principalmente, resolutiva, como preconiza a legislação vigente. “Trabalhamos para consolidar e disseminar os Centros Integrados como equipamento público de uma Política de Estado para todo o país. Assim estamos materializando os princípios da Lei Federal nº. 13.431/17, que rege as garantias dos direitos da criança e do adolescente”, pontuou o secretário.

Durante o Seminário, o titular da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício José Silva Cunha, assinou Protocolo de Intenções com o Governo do Acre para a implantação do projeto no Estado.

Participaram do evento, entre outros, a Diretora do Departamento de Enfrentamento a Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria Leonina Couto Cunha; a prefeita e o secretário municipal de Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista, respectivamente Ana Sheila Lemos Andrade (DEM) e Michael Farias Alencar Lima; o juiz titular da 1ª Vara da infância e da Juventude de Vitória da Conquista, Cláudio Augusto Daltro de Freitas; a Promotora de Justiça Fábia Cristina Dantas Pereira, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Esperança e Coordenadora o centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado da Paraíba; o assessor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da ChildHood Brasil, antropólogo Benedito dos Santos, além de gestores públicos dos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Roraima e Sergipe.



SIGA-NOS
nas **REDES-SOCIAIS**

JORNAL DOSUDOESTE

(77) 9 9804-5635

Facebook Instagram Twitter YouTube WhatsApp

Prefeita destaca protagonismo de Vitória da Conquista na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

A prefeita Ana Sheila Lemos Andrade (DEM), destacou durante a realização do Seminário promovido em Vitória da Conquista, no último dia 29 de outubro, pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão da estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o trabalho que vem sendo desenvolvido no Município, por iniciativa do ex-prefeito Herzem Gusmão Pereira, falecido no último dia 18 de março, para viabilizar a construção de uma rede de proteção à criança e ao adolescente, promovendo esforços e viabilizando investimentos que colocaram Vitória da Conquista como modelo de gestão eficiente da rede de proteção infantojuvenil.



(FOTO: DIVULGAÇÃO/SECOM PMVC).

► **A prefeita de Vitória da Conquista, Ana Sheila Lemos Andrade (DEM), destacou o protagonismo do Município na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.**

A gestora reforçou o compromisso do Governo Municipal para consolidar as ações no combate à violência infantojuvenil, através de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades e formulação de políticas públicas direcionadas para a criação de oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural que beneficiem, prioritariamente, as camadas mais vulneráveis da sociedade e, por consequência, viabilizem ações gerais de proteção, Educação e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A prefeita destacou a importância da Parceria envolvendo todos os atores que de alguma forma estão atuando na formulação de propostas de ações, na coordenação e/ou acompanhamento de intervenções de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, responsáveis pelo sucesso das políticas públicas voltadas para essa população em Vitória da Conquista, para que a rede de proteção possa ser expandida, como propõe a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para todo o país.

Ana Sheila Lemos Andrade sublinhou o desejo de participar da inauguração de Centros Integrados de Direitos da Criança e do Adolescente e Complexos de Escuta Protegida, como os existentes em Vitória da Conquista, em outros Municípios do país, para que essa proposta possa ser desenvolvida como política de Estado, resgatando de forma efetiva o compromisso dos poderes públicos com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes previsto na legislação vigente.

Saiba +

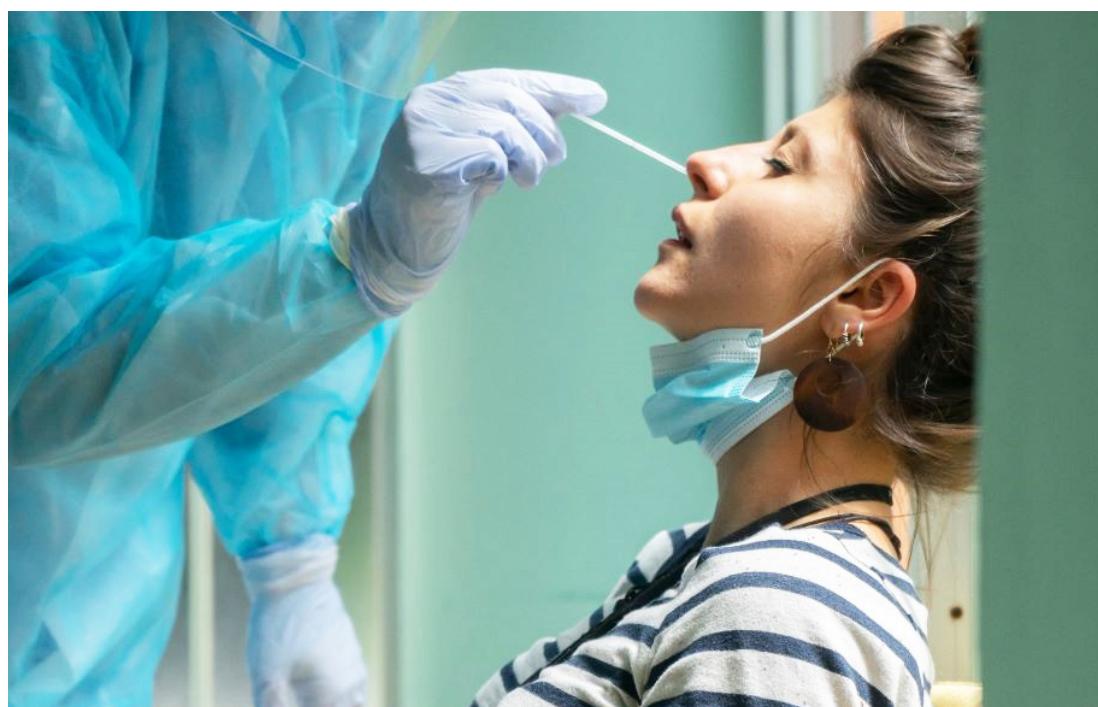
As regras para o completo funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente foram estabelecidas na Lei Federal nº 13.431/17. De acordo com a legislação, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem desenvolver políticas integradas e coordenadas que garantam os direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais.

O dispositivo ainda prevê a criação de programas, serviços ou equipamentos que proporcionem atenção e atendimento integral e interinstitucional a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, compostos por equipes multidisciplinares especializadas.

— SAÚDE/COVID-19

Realização de exames para detecção do Covid-19, pode evitar disseminação da doença em eventos de final de ano

Diretor executivo do Laboratório CLAB (Centro de Análises Clínicas da Bahia), Dr. Clovis Figueiredo fala sobre a importância dos exames no combate ao vírus.



WANDEL CERQUEIRA – ASCOM

wandel@criativospr.com.br

Com a chegada do final de ano e festas, como Natal, celebrações de casamentos e encontros de final de ano, que vão reunir grandes números de pessoas, os cuidados com a saúde em período de Pandemia aumentam.

Ainda, com a possibilidade da realização das festas de Réveillon e Carnaval a Prefeitura de Salvador informou que, como método de controle a disseminação do Coronavírus, a participação do público ocorrerá mediante a comprovação das duas doses de vacinas contra a Covid-19.

De acordo com o anúncio, para a festa de Ano Novo, as checagens serão realizadas nas entradas dos eventos. Já no Carnaval, a imunização terá que ser comprovada nas barreiras de revistas dos circuitos.

Junto às comprovações das doses de vacinas, está a realização dos exames, que têm sido outra maneira de garantir o controle da doença, principalmente nos grandes eventos onde a probabilidade de aglomeração é garantida.

Atento às necessidades da sociedade, principalmente neste período de Pandemia, o diretor executivo do Laboratório CLAB (Centro de Análises Clínicas da Bahia), Dr. Clovis Figueiredo, afirma que a realização de exames para detecção da Covid-19 em eventos com alto volume de pessoas pode evitar uma contaminação em massa.

“Essa é uma outra forma de minimizar a disseminação em eventos de grande porte, visto que, a pessoa detectada positivamente evitará o contato com as demais protegendo aquele grupo e outros grupos com eventuais contatos. A testagem nesses casos tranquiliza as pessoas e traz segurança ao evento e à saúde dos presentes”, destaca.

O diretor executivo explica que existem dois exames indicados: Antígeno ou o RT-PCR. “Ambos são aplicados para detecção do vírus Sars-Cov-2, popularmente conhecido como Coronavírus”, acrescenta.

De acordo com Dr. Clovis, a utilização do teste de Antígeno para Covid-19, por exemplo, se mostra altamente eficaz para triagem e diagnóstico da infecção pelo Sars-Cov-2. “Sendo utilizada em diversos setores produtivos para triagem de seus colaboradores, na realização de eventos e em populações controle, por ser um teste altamente preciso, de operação mais rápida e com tempo de espera para o resultado diminuído”, ressalta.

O diretor executivo salienta que, no caso de eventos, o indicado para garantir um cuidado maior com o público é realizar os exames no prazo de 48h antes ou no próprio local, caso o evento disponha desse atendimento.

“Para a realização do exame, a coleta é feita mediante a introdução de um SWAB (cotonete) na narina do paciente realizando movimentos rotatórios a fim de coletar material da nasofaringe. Esse material é transferido para o tubo de transporte e encaminhado para avaliação”, explana.

Dr. Clovis Figueiredo fala sobre o tempo de espera para os resultados serem disponibilizados ao paciente: “O Antígeno tem um período de resposta de 20 minutos, enquanto o RT-PCR tem espera de um dia”, frisa.

Segundo o diretor executivo do CLAB, com a chegada do final de ano, a procura por este serviço tem aumentado. “Começamos a receber, principalmente após divulgação, solicitações de propostas para grupos”, completa.



(FOTO: DIVULGAÇÃO)

Autorizado reajuste de 9,15% na tarifa de água

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

AAgência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Bahia, responsável pela regulação do setor, autorizou o reajuste tarifário de 9,15% no valor dos serviços de água e esgoto prestados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) – autarquia da estrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e de Saneamento da Bahia. O reajuste, abaixo do que foi solicitado pela prestadora de serviços (13,73%), foi publicado na edição do sábado (30 de outubro) do Diário Oficial do Estado.

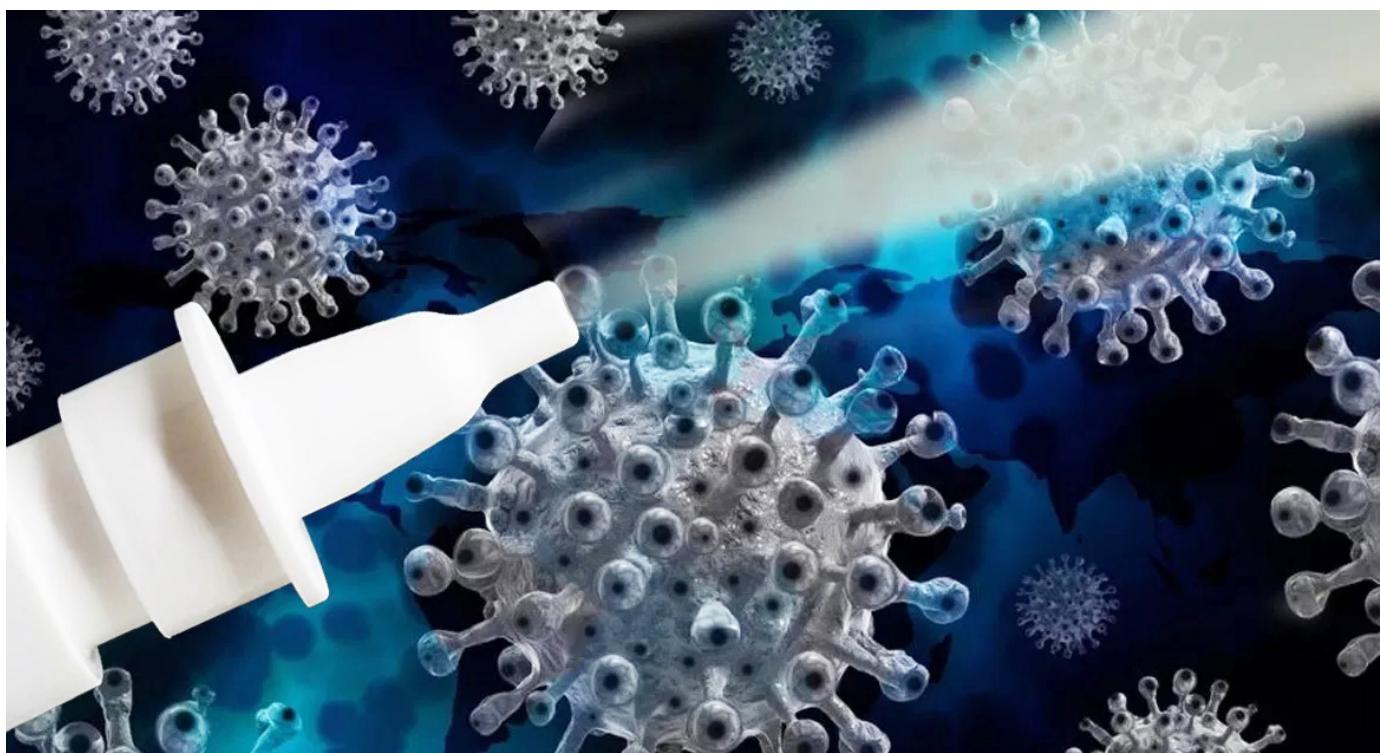
O reajuste anual, que visa recompor as perdas inflacionárias dos custos de prestação dos serviços, que estavam suspensos desde o ano passado, será aplicado de forma linear sobre as tarifas vigentes e passa a vigorar 30 dias depois da data de publicação, portanto, no próximo dia 30 de novembro.

A decisão da Agersa está prevista em Lei e recompõe somente a variação da inflação do período medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Com o reajuste, o valor da tarifa mínima residencial intermediária passará de R\$ 26,40 para R\$ 28,80 para faixa de consumo de 0 a 6 m³.

SAÚDE/COVID-19

Vacina em spray desenvolvida pela USP contra Covid-19 pode estar disponível em 2023

Segundo Jorge Kalil Filho, o imunizante cria uma grande resposta imunológica, graças ao local onde é aplicado, que é na mesma região pela qual o vírus entra no corpo humano



(FOTOMONTAGEM SOBRE IMAGEM DE FOCKEIN VIA PIXABAY)

► A vacina em forma de spray apresentou em seus testes iniciais grande resposta imunológica quando aplicada.

JORNAL DA USP (JORNAL DA USP NO AR)<https://jornal.usp.br>

A Universidade de São Paulo (USP) desenvolveu uma vacina para Covid-19 em spray, apresentou a proposta à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e aguarda autorização para início de estudos em humanos. O imunizante desenvolvido pelo Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina (FMUSP) da USP tem como objetivo ser mais uma ferramenta de combate ao novo Coronavírus.

“Nós estudamos em detalhes a resposta imune de 220 convalescentes que haviam tido a doença, que se recuperaram, e aí nós pensamos em um peptídeo, estudando bem o vírus, que contemplasse uma resposta muito forte de anticorpo que neutralize o vírus, mas também desse uma boa resposta celular”, contou ao Jornal da USP no Ar 1ª Edição Jorge Kalil Filho, professor de Imunologia Clínica e Alergia da FMUSP, diretor do Laboratório de Imunologia do InCor e coordenador da pesquisa de desenvolvimento da vacina.

Kalil explica que a administração nasal da vacina foi por causa da aplicação ter sido realizada na mesma região onde ocorre a entrada do vírus no corpo humano. A imunoglobulina A (IgA) é responsável pela defesa contra o Coronavírus. O intuito é estimular essas células do sistema imunológico localizadas na mucosa nasal, de forma a criar um maior número de anticorpos. Segundo o professor, as vacinas intramusculares produzem uma quantidade menor de anticorpos, sendo a versão em spray uma forma mais eficaz na criação de defesa contra a doença, como para o impedimento da infecção.

O imunizante apresentou em seus testes iniciais grande resposta imunológica quando aplicada. Atualmente, foi solicitado à Anvisa a autorização para iniciar o teste clínico em pessoas. Os testes pretendem entender qual é a forma mais eficiente do funcionamento da vacina nos voluntários. O estudo irá testar questões relacionadas ao número de doses, quantidade de imunizante e como este reage em diferentes organismos.



(FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVBA)

PESCADORES DE BOM JESUS DA LAPA RECEBEM DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

ASCOM - BAHIA PESCA

<http://www.bahia.ba.gov.br/>

Pescadores e marisqueiras de Bom Jesus da Lapa que desejam ter acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) devem ficar atentos. Entre 4 e 10 de novembro a Bahia Pesca cadastrará os profissionais dessas cidades interessados em obter a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

Nos dias 4, 5 e 6 a ação será realizada no quilombo Lagoa das Piranhas. Já nos dias 8, 9 e 10 o cadastramento acontece na colônia Z-32. Os interessados podem solicitar a DAP de 8h às 12h e das 13h às 17h30.

Para ter acesso ao documento, o profissional deve apresentar cópias de RG e CPF (inclusive dos cônjuges, se houver), comprovante de residência, Registro Geral de Pesca, NIT ou PIS, certidão de casamento e, no caso de viúvos, certidão de óbito do parceiro. É preciso também informar a renda dos membros da família.

“Com a DAP o pescador é reconhecido como produtor rural e pode acessar diversos programas dos Governos Estadual e Federal para desenvolvimento da pesca e aquicultura, a exemplo de financiamentos com baixa taxa de juros”, afirma a coordenadora de promoção social da Bahia Pesca, Eliana Carla Ramos.

— CIDADES

Acordo prevê adequação de normas sobre regularização fundiária em Mucugê

MAIAMA CARDOSO –
CECOM/MP BA

<https://www.mpba.mp.br/>

O Município de Mucugê firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Estadual obrigando-se a promover a adequação das normas municipais sobre regularização fundiária. No acordo, o Município se comprometeu a estabelecer medidas para adequar a legislação sobre legislação fundiária ao que dispõem as Leis 13.465/17, 12.651/12 e 9.986/00. Além disso, deverá regulamentar procedimento administrativo com metodologia específica para identificar terrenos urbanos localizados em área de proteção ambiental.

O acordo foi proposto pelo Promotor de Justiça Fernando Rogério Pessoa Vila Nova Filho e assinado pela prefeita Ana Olímpia Hora Medrado. Nele, o Município se comprometeu ainda a suspender todos os atos de regularização fundiária rural e urbana até ser promovida a adequação normativa, sob pena de multa no valor de R\$ 10 mil por certidão de regularização expedida. Também deverá revisar, no prazo de 12 meses, todos os atos de regularização realizados após a publicação da Lei Federal 13.465/2017, cancelando aqueles que contiverem vícios insanáveis.

O Promotor de Justiça informou que, com a medida, espera-se que “a regularização fundiária municipal observe os requisitos legais, garantido que a incorporação de núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial ocorra de forma transparente, impessoal e objetiva. Ao mesmo tempo, garante-se o direito à moradia da população, sobretudo de baixa-renda, que passará a ser titular da unidade habitacional uma vez comprovados todos os requisitos”. O acordo foi assinado após procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público constatar que o município possui legislação defasada, incompatível com as novas regras sobre regularização fundiária.



Não limite seus desafios, desafie seus limites.

ANIMA
SAÚDE E BEM ESTAR

Rua Vereador Paulo Chaves, 52 – Loja 05 – Residencial Parque das Palmeiras – Bairro Jardim Brasil
Email: animasaudeebemestar@gmail.com

📞 (77) 9 9946-1708

PIATESANIMA

ANIMA PILATES



ANUNCIE

em nosso PORTAL



sua marca merece **DESTAQUE**

Tenha um
retorno
garantido

